

O novo perfil do Brasil

Fernando Henrique Cardoso precisará dos votos dos parlamentares conservadores para aprovar as propostas que considera fundamentais para o sucesso do programa de estabilização econômica

Marcelo Monteiro

A eleição quase geral realizada em 1994 no Brasil, para a escolha do presidente da República, governadores, dois terços dos senadores, deputados federais e estaduais, teve resultados que sinalizam mudanças no cenário político nacional, mas também indicam que muita coisa permanece inalterada.

A ambigüidade começa pela própria escolha do principal mandatário da nação. Fernando Henrique Cardoso se tornou em 3 de outubro o primeiro opositor do regime militar a ser eleito presidente do Brasil. Durante os 21 anos de vigência (1964-1985), o regime deixou como principais legados uma distribuição de renda extremamente injusta (a segunda pior do mundo, ganhando apenas de Botsuana, na África), com o conseqüente aumento da miséria e da violência, o endividamento externo do país e exten-



sas listas de torturados, exilados e desaparecidos políticos.

O atual presidente do Brasil tem o seu nome registrado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo e na lista de exilados. Fernando Henrique foi indiciado em 1964 num inquérito policial militar que investigava "atividades subversivas" na Universidade de São Paulo (USP), onde era professor da faculdade de Filosofia. Um mês depois do golpe militar, FHC chegou a Santiago do Chile, deixando para trás uma prisão quase certa no Brasil. Voltou ao país em 1968, ano em que foi aposentado compulsoriamente do emprego de professor da USP pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Contradição - O passado de oposição do atual presidente, que ingressou na política em 1978 pelo MDB, contrasta com o histórico de alguns dos seus principais aliados na campanha presidencial. O companheiro de chapa, Mar-

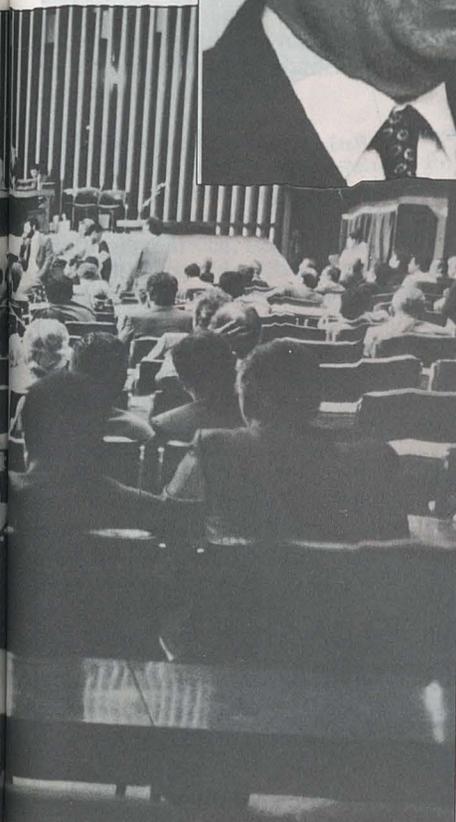
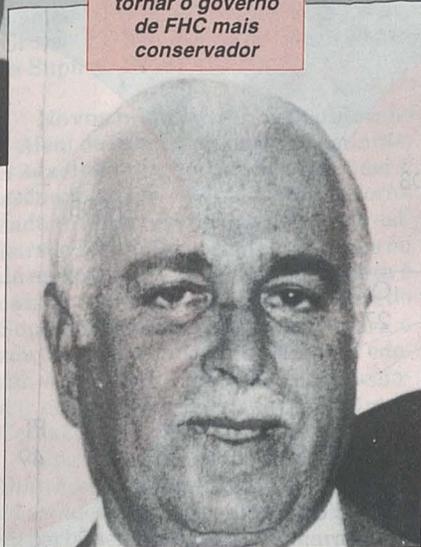
co Maciel, foi membro importante da Arena e do PDS, os partidos que deram base de sustentação ao regime militar.

Nessa condição, Maciel foi um dos articuladores do "pacote de abril", baixado em 1977 durante o governo Geisel, que fechou o Congresso, manteve as eleições indiretas para governos de estados em 78 e criou os senadores "biônicos", que representavam 1/3 do Senado, garantindo a maioria do governo na casa. Em 1978 foi escolhido governador de Pernambuco e durante a gestão Collor exerceu o cargo de líder do governo no Senado.

Outro governador "biônico" do regime militar foi um dos principais aliados de FHC: Antônio Carlos Magalhães, governador baiano eleito indiretamente em duas ocasiões (1970 e 78). Principal líder do PFL, ACM viu em Fernando Henrique Cardoso a melhor aposta para que o PFL continuasse a ter participação no governo, o que ocorre desde 1964, com os mesmos nomes abrigados em diferentes legendas.



A aliança com o PFL, do vice Marco Maciel (à dir.) e de Antônio Carlos Magalhães (abaixo), e a futura composição do Congresso deverão tornar o governo de FHC mais conservador



verá levar o Congresso a ter um perfil mais conservador que o anterior.

Mesmo com o desempenho fraco de Orestes Quércia, candidato do partido à presidência da República, o PMDB, graças à estrutura montada durante anos em todos os estados, conseguiu se manter como a maior bancada, tanto na Câmara Federal, como no Senado. A legenda aumentou sua representação de 96 para 107 deputados federais (20,8% da Câmara); porém no Senado, o partido deverá ter 21 ou 22 senadores, menos do que os 27 anteriores. Para ser confirmado, o número final de senadores peemedebistas depende da resolução do caso Humberto Lucena. O partido somente não fez deputados federais no Amapá, Pernambuco, Roraima e Distrito Federal.

Mantendo a tradição de eleições passadas, o PFL elegeu a segunda maior bancada na Câmara e no Senado. Na primeira, manteve o número de deputados (89), e ampliou a representação no Senado, de 14 para 19 ou 20, dependendo da decisão sobre a segunda vaga da Paraíba. Raimundo Lira (PFL), terceiro colocado, assumiria a vaga de Humberto Lucena.

Impulsionado pela votação de Fernando Henrique e pela influência eleitoral do Plano Real, o PSDB fez a terceira maior bancada na Câmara, superando o PPR. Os tucanos ampliaram a representação de 48 para 62 deputados federais, mas perderam uma vaga no Senado (de 11 para dez). O partido também fez seis governadores, incluindo os dos três estados mais importantes da federação: São Paulo (Mário Covas), Rio de Janeiro (Marcello Alencar) e Minas Gerais (Eduardo Azeredo).

O temor de peesedebistas históricos é que, com a Presidência da República e seis governos estaduais, o partido receba adesões de políticos de várias ten-

mam o provável perfil neoliberal do governo FHC: reforma do sistema de Previdência pública, intensificação do processo da venda de estatais e flexibilização dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, iniciativas defendidas em coro pelos líderes do PFL.

Perfil do Congresso – A tendência mais conservadora do governo FHC será provavelmente direcionada pela nova composição das bancadas na Câmara Federal e no Senado. Apesar do significativo crescimento do PSDB nas duas casas, o governo deverá recorrer aos votos do PFL, PTB, PP, PL, PMDB e até mesmo do PPR para obter os 3/5 dos votos necessários para aprovação de certas emendas constitucionais e assim garantir a aprovação das propostas que considera fundamentais para a continuidade do programa de estabilização econômica.

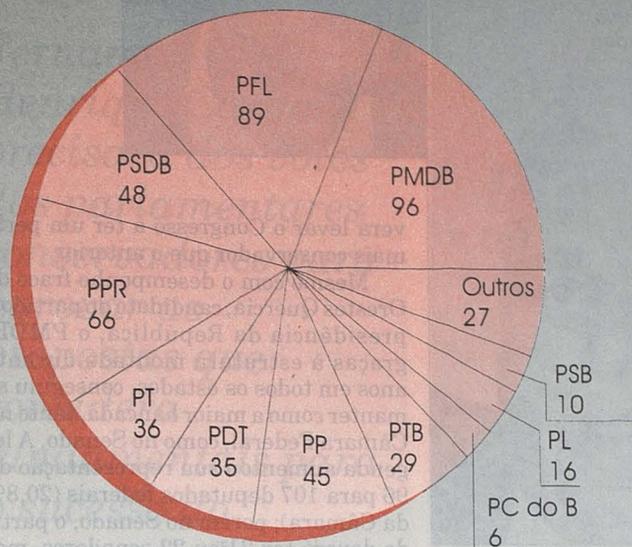
A ambigüidade do resultado das últimas eleições brasileiras também pode ser percebida na composição do futuro Congresso Nacional. Apesar do crescimento das bancadas dos partidos de esquerda, como o PT, PSB e PC do B (exceção feita ao PDT, que perdeu duas vagas, embora tenha ampliado a representação no Senado de cinco para seis vagas), a guinada do PSDB para o centro – influenciada pela aliança com o PFL – de-

Essa é uma das dúvidas sobre o futuro governo do sociólogo Fernando Henrique: qual será a orientação do governo? Será de centro-direita, retribuindo com benesses o apoio dos conservadores do PFL, PTB, PP e PL durante o pleito? Ou terá uma linha de centro-esquerda, o perfil clássico de FHC e dos demais fundadores do PSDB?

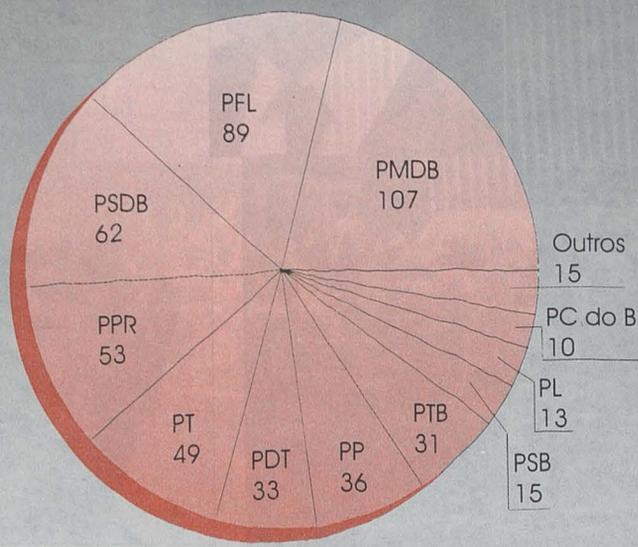
Durante a viagem a Moscou, logo após a vitória esmagadora no primeiro turno, Fernando Henrique declarou que o PFL teria saído “muito enfraquecido” da eleição, dando a entender que a influência do partido no governo não seria grande. Mas os entendimentos para a formação da bancada governista no Congresso indicam que a base de sustentação de Fernando Henrique será basicamente a mesma dos governos Sarney e Collor, com a inclusão do próprio partido do presidente, o PSDB.

As propostas anunciadas antes da posse como prioritárias também confir-

A CÂMARA



FINAL DA
LEGISLATURA
91/95



INÍCIO DA
LEGISLATURA
95/99

Fonte: Diap

dências, tornando a legenda um novo PMDB, ou seja, fazendo com que fique sem uma identidade política. Sentem que o PSDB, fundado por membros da ala esquerda do PMDB, como o próprio Fernando Henrique e Mário Covas, já começa a perder o perfil original de centro-esquerda.

Contrastando com a derrota de Lula, o PT ampliou significativamente a bancada federal, conquistando 13 novas cadeiras na Câmara (total de 49 deputados federais) e quatro no Senado (total de cinco senadores). Apesar da vitória legislativa e da eleição de governadores (Vitor Buaiz, no Espírito Santo, e Cristovam Buarque, no Distrito Federal), pela primeira vez na história do partido, o PT enfrentará em 1995 um duro processo de discussão interna. Segundo alguns dos seus militantes, dependendo da forma como sejam conduzidos os debates, o processo poderá conduzir até mesmo a alguma fratura do partido.

Novo papel do Senado - Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entidade especializada na análise do Legislativo, o Senado deverá ter papel de destaque no debate parlamentar devido à eleição de políticos influentes. Em contrapartida, a Câmara Federal deverá ficar mais "provinciana". Onze partidos estarão representados no Senado e 18 na Câmara Federal.

O Senado contará com nomes de peso, como Roberto Freire e os ex-governadores Antônio Carlos Magalhães, Íris Resende, Roberto Requião e Wilson Kleinubing. A permanência na Casa de políticos de projeção nacional, como Pedro Simon, Eduardo Suplicy e José Sarney, somados aos eleitos, fará com que o Senado "se transforme num fórum político importante, capaz de dividir a liderança do processo decisório com a Câmara dos Deputados", prevê o estudo do Diap. O índice de renovação do Senado foi de 84%, em relação às vagas em disputa (2/3 da Casa).

Dos 81 senadores que participarão da legislatura 95/98, 22 são empresários e 21, advogados. A principal Casa legislativa contará também com três jornalistas, um delegado de polícia (Romeu Tuma, eleito pelo PL-SP), um bancário (Leomar Quintanilha, PPR-TO), uma assistente social (Benedita da Silva, PT-RJ), uma professora e defensora dos povos da floresta, que atuou junto a Chico Mendes (Marina da Silva, PT-AC) e um mestre de obras (João França, PP-RR).

Quanto à definição ideológica, o Diap qualifica oito senadores como socialistas, 15 sociais-democratas, 22 liberais reformistas, cinco sem definição clara e 40 entre neoliberais e liberais conservadores. A entidade define esta última categoria como os senadores que somente "admitem distribuição de renda com o aumento do Produto Interno Bruto".

Embora numericamente pequeno, o grupo de senadores de esquerda "reúne condições políticas e intelectuais para

Balanco negativo

enfrentar as forças de direita” no Senado, afirma a análise do Diap. Para aprovar as suas propostas, o grupo progressista precisa cooptar os senadores de centro, fiel da balança nas votações por superarem a soma das bancadas da esquerda e da direita.

Representação feminina – A participação das mulheres no Senado foi ampliada de três para quatro senadoras. Junia Marise (PDT-MG), eleita em 1990, permanece, acompanhada das novatas Marina da Silva (PT-AC), Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PPR-RS). Marluce Pinto (PTB) foi reeleita em Roraima, mas declarada inelegível pelo TRE local devido a irregularidades na campanha. Poderá recuperar a vaga beneficiada pelo projeto que anistia Humberto Lucena.

Na Câmara, a bancada feminina foi ampliada em cinco cadeiras (de 28 para 33 deputadas), representando 6,4% da Câmara Federal, percentual ínfimo se comparado a que mais da

metade da população brasileira é formada por mulheres. Dentre elas, os nomes mais conhecidos são as reeleitas Rita Camata (PMDB-ES), Cidinha Campos (PDT-RJ) e as novatas Esther Grossi (PT-RS), Telma de Souza e Marta Suplicy (PT-SP).

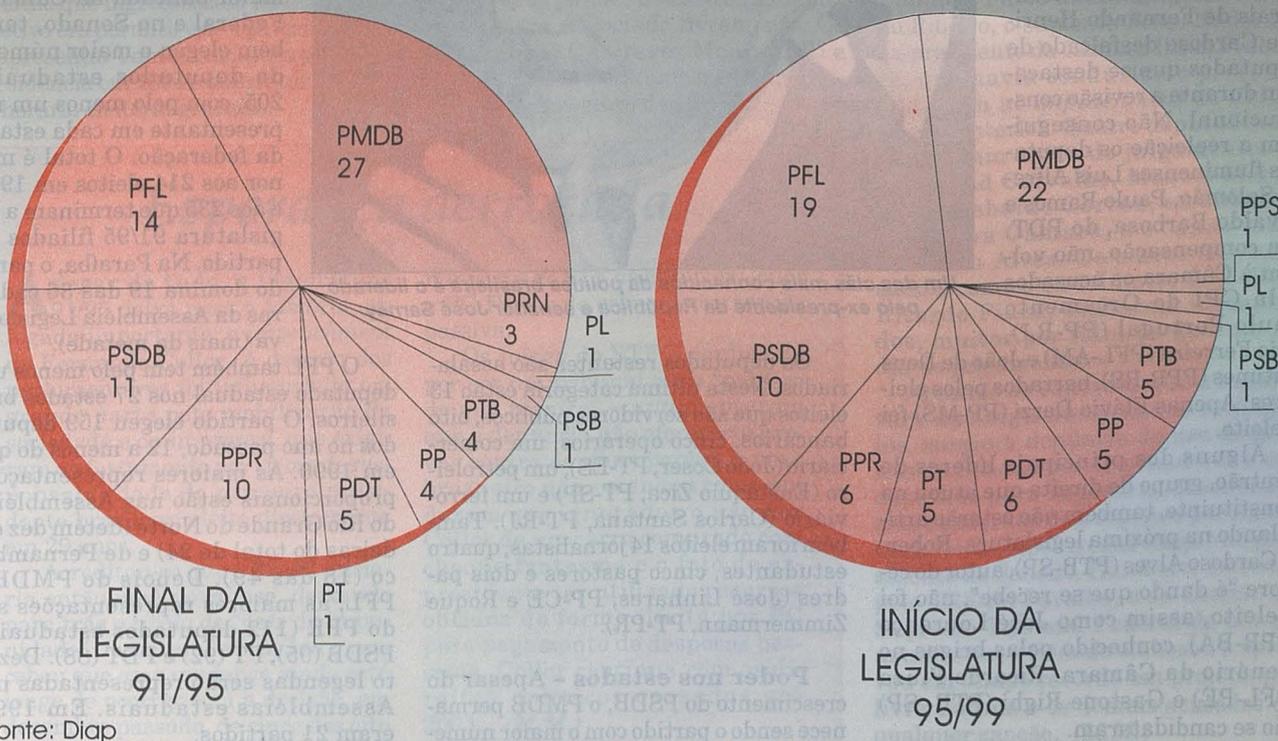
Novos nomes, velhos problemas – Além de compor a bancada feminina, a sexóloga Marta Suplicy também é exemplo de um fenômeno que se torna cada vez mais comum na política brasileira: a eleição de parentes de atuais ou de ex-detentores de mandatos. Marta é casada com o senador petista Eduardo Suplicy. Rita Camata, que vai para o seu terceiro mandato na Câmara Federal, é esposa do ex-governador e senador eleito pelo Espírito Santo, Gérson Camata.

Um levantamento preliminar do Diap estima que pelo menos 30 clãs de 22 estados brasileiros elegeram mais de 70 parlamentares para a Câmara Federal e o Senado. O ex-governador da Pa-

raíba Ronaldo Cunha Lima conseguiu a primeira vaga do estado para o Senado, com 517 mil votos, e não ficará com saudades de certos parentes em Brasília. O filho Cássio Cunha Lima, ex-superintendente da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o irmão Ivandro Cunha Lima foram eleitos deputados federais. Cássio foi o campeão de votos no estado para Câmara Federal, conquistando a confiança de 158 mil eleitores. Ronaldo Cunha Lima se tornou conhecido no país inteiro não pelas medidas de sua gestão e sim pelos tiros que desferiu no adversário político Tarcísio Burity.

Em São Paulo, o ex-superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, senador eleito pelo PL, terá a companhia em Brasília do filho Róbson Tuma, deputado federal reeleito também pelo Partido Liberal. Na Bahia, o futuro senador Antônio Carlos Magalhães garantiu a própria eleição, a do filho Luís Eduardo Magalhães como deputado federal mais votado do estado, e terá co-

O SENADO



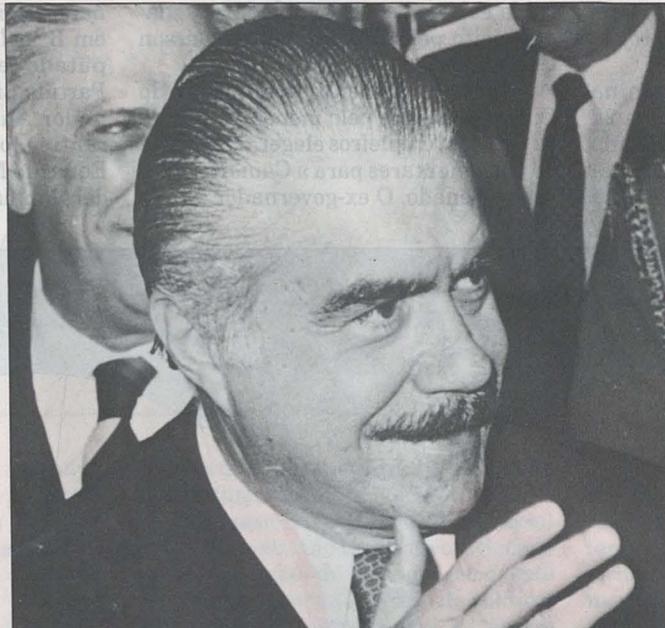
mo suplente outro filho, Antônio Carlos Magalhães Júnior. Um recorde parecido ao do senador José Sarney, cujo filho "Zequinha" foi reeleito para a Câmara Federal e a filha, Roseana, é a primeira mulher brasileira a governar um estado, o Maranhão. Aliás, o ineditismo do fato não pode ser devidamente festejado pela quantidade de irregularidades que turvaram a eleição maranhense.

Algumas surpresas – O índice de renovação na Câmara foi de 54%, sendo que boa parte dos novos deputados são ex-governadores, ex-prefeitos e ex-deputados federais. Ao lado da confirmação da eleição de políticos tradicionais, como Amaral Netto (PPR-RJ) e Rubem Medina (PFL-RJ), que vão para o oitavo mandato consecutivo como deputados federais, a eleição de 94 registrou algumas surpresas. Deixando clara a grande influência da mídia, o repórter do programa *Aqui e Agora*, do SBT, Celso Russomano (PSDB-SP), foi o deputado federal mais votado do Brasil.

O setor nacionalista enfrentará as propostas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso desfalcado de deputados que se destacaram durante a revisão constitucional. Não conseguiram a reeleição os deputados fluminenses Luis Alfredo Salomão, Paulo Ramos e Vivaldo Barbosa, do PDT. Em compensação, não voltam à Câmara os acusados pela CPI do Orçamento Paulo Portugal (PP-RJ), Ézio Ferreira (PFL-AM) e João de Deus Antunes (PPR-RS), barrados pelos eleitores. Apenas Flávio Derzi (PP-MS) foi reeleito.

Alguns dos principais líderes do Centrão, grupo de direita que atuou na Constituinte, também não estarão articulando na próxima legislatura. Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), autor do célebre "é dando que se recebe", não foi reeleito, assim como José Lourenço (PPR-BA), conhecido pelas brigas no plenário da Câmara. Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gastone Righi (PTB-SP) não se candidataram.

Predomínio de empresários – Assim como no Senado, boa parte da Câmara é formada por empresários e advogados. São donos de um empreendimento, rural ou urbano, 166 deputados eleitos para a legislatura 95/98 (cerca de 1/3 da Câmara). Pelo menos 52 são sócios de hospitais. Mais de 1/3 da casa é formada, segundo estudo do Diap, por profissionais liberais (advogados – 102; médicos – 56; e engenheiros – 37). O Diap afirma em sua análise que entre os profissionais liberais "muitos são testas-de-ferro ou empregados de grandes grupos de medicina privada, empreiteiras, conglomerados financeiros ou de prestação de serviços".



Um dos clãs mais conhecidos da política brasileira é o liderado pelo ex-presidente da República e senador José Sarney

Os deputados restantes são assalariados. Nesta última categoria estão 13 eleitos que são servidores públicos, oito bancários, cinco operários, um comerciante (João Coser, PT-ES), um petroleiro (Eustáquio Zica, PT-SP) e um ferroviário (Carlos Santana, PT-RJ). Também foram eleitos 14 jornalistas, quatro estudantes, cinco pastores e dois padres (José Linhares, PP-CE e Roque Zimmermann, PT-PR).

Poder nos estados – Apesar do crescimento do PSDB, o PMDB permanece sendo o partido com o maior número

de governadores (nove), sendo três no primeiro turno: Garibaldi Alves (RN), Divaldo Suruagy (Alagoas) e Wilson Martins (MS). A vitória mais importante foi a de Antônio Britto no Rio Grande do Sul, aumentando o poder de influência nas decisões partidárias da ala gaúcha da legenda. O resultado do PMDB foi melhor do que em 1990, quando elegeu sete governadores. Entretanto, o desempenho da legenda ficou distante do obtido em 1986, quando os efeitos do Plano Cruzado garantiram ao partido a administração de 22 estados, perdendo apenas no menor de todos, Sergipe, para o PFL.

O PPR venceu em três estados (Amazonas, Acre e Tocantins), ficando praticamente isolado no norte do país. PT, PDT, PSB e PFL fizeram dois governadores cada. O PTB elegeu um. O maior crescimento foi mesmo do PSDB, que em 1990 elegeu apenas um governador (Ciro Gomes, no Ceará), e fez seis em 1994.

Graças à estrutura montada em todos os estados da federação, o PMDB, além da maior bancada na Câmara Federal e no Senado, também elegeu o maior número de deputados estaduais: 205, com pelo menos um representante em cada estado da federação. O total é menor aos 214 eleitos em 1990 e aos 235 que terminam a legislatura 91/95 filiados ao partido. Na Paraíba, o partido domina 19 das 36 cadeiras da Assembleia Legislativa (mais da metade).

O PFL também tem pelo menos um deputado estadual nos 27 estados brasileiros. O partido elegeu 159 deputados no ano passado, 12 a menos do que em 1990. As maiores representações proporcionais estão nas Assembleias do Rio Grande do Norte (detém dez cadeiras do total de 24) e de Pernambuco (18 das 49). Depois do PMDB e PFL, as maiores representações são do PPR (112 deputados estaduais), PSDB (95), PT (92) e PDT (88). Deztoit legendas serão representadas nas Assembleias estaduais. Em 1990, eram 21 partidos.